

PRODUÇÃO TEXTUAL EM CURSOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: DIALOGIA E VERIDICÇÃO

MANOEL L. G. CORRÊA

Universidade de São Paulo
goncor@terra.com.br

Introdução

Neste trabalho, tenho como objetivo estabelecer alguns parâmetros para o ensino de produção textual no âmbito do Jornalismo impresso. Para tanto, valho-me de contribuições da teoria bakhtiniana da enunciação, da Pragmática e da Análise do Discurso e da observação de textos de alunos em minha experiência pessoal de ensino de Português nessa área. Mais que análise de textos, a preocupação, aqui, é reinterpretar, em termos lingüísticos, problemas de produção textual que são apontados como de ordem técnica em disciplinas previstas no *curriculum* dos cursos de Comunicação Social e em manuais de redação de grandes empresas de comunicação.

Como ponto de partida, tomo a necessidade de construção do leitor através da escolha de argumentos adequados, já que, na falta da presença física do interlocutor, cabe ao jornalista construí-lo por meio de uma argumentação eficaz.

Fixo, pois, a atenção na construção da argumentação do texto jornalístico, levando em conta três aspectos que figuram como parâmetros para a produção desse tipo de texto e que constituirão as partes seguintes deste trabalho: 1) o fato e a representação do fato; 2) as fronteiras impostas pelos agentes envolvidos na produção do texto; e 3) a presença do falado no texto jornalístico escrito como um recurso de veridicção (cf. Bautier, 1977).

1. O fato e a representação do fato

Para falar da relação entre fato e representação do fato, adoto um ponto de vista lingüístico, não esquecendo, porém, de que há uma questão ética no processo de construção do fato como representação que um tratamento lingüístico não pode desconsiderar. Não vou me ater, porém, ao produtor do texto como sujeito juridicamente imputável, submetido a um rígido código de conduta.

Dadas as condições de produção de sua escrita e os propósitos que a norteiam, centrarei minha atenção naquilo que o jornalista mobiliza ao escrever:

(a) um conjunto de recursos formais da linguagem, consideradas as restrições institucionais, especialmente as da empresa jornalística em que atua;

(b) uma construção semântica básica para seus enunciados, a respeito dos quais está adstrito a acreditar que podem se submeter a uma espécie de julgamento vericondicional do seu significado no ato da leitura;

e, finalmente, mas para além dessa contenção referencialista, o jornalista engendra também:

(c) certos tipos de ação no leitor como efeitos de persuasão e/ou de convencimento.

O último desses três aspectos da escrita do jornalista sintetiza o seu propósito central: atingir o leitor e exercer sobre ele – ou, no limite, levá-lo a – uma ação. Vamos, no entanto, ater-nos aqui aos dois primeiros.

No que se refere aos recursos formais disponíveis para a construção do texto jornalístico, polemizam pelo menos duas concepções de língua: (a) a dos manuais das empresas jornalísticas, respaldada por seus assessores gramaticais; e (b) a da crítica acadêmica a essa concepção, que, em Lingüística, tem questionado o purismo de certas recomendações desses agenciadores da gramática normativa [cf., p. ex., Scherre (1996), Bagno (2000), Possenti (2001)].

No que se refere à semântica dos enunciados, o jornalista é levado a considerar que seus enunciados podem ser questionados em relação ao seu valor de verdade por ocasião do ato de leitura que irá se seguir à produção do texto. Portanto, do ponto de vista semântico, o escrevente procura antecipar as determinações que poderiam invalidar seu trabalho de predicação (cf. Mateus et. al., 1983) e, desse modo, evitar que se coloque em xeque a descrição do fato relatado.

Como se sabe, essa construção do fato precisa ser reconhecida como uma real descrição de um estado de coisas do mundo a que se poderia atribuir um valor de verdade. No entanto, a perspectiva logicista que ensaiamos aqui serve-nos apenas para mostrar a concepção referencialista e vericondicional do significado que, intuitivamente, orienta a produção do jornalista, embora, é claro, essa preocupação não garanta nem a verdade nem a imparcialidade como propriedades intrínsecas do seu texto. Vale lembrar, porém, que é comum a questão da verdade ser trazida diretamente de uma discussão sobre Ética para o tratamento da linguagem e do texto. Essas questões são de difícil tratamento nos cursos de Comunicação Social, pois um tratamento crítico da linguagem e do texto deve considerar, ao mesmo tempo, a precariedade dos limites de contenção do sentido e a necessidade de o jornalista adequar-se ao rigor ético, ligado ora a uma duração histórica relativamente longa, ora a uma contingência histórica específica.

Por isso mesmo vale a pena retornar, desta vez de um ponto de vista discursivo, à semântica dos enunciados e à relação entre descrição e representação. Desse ponto de vista, quando o jornalista situa o universo de referência em relação ao qual seus enunciados podem ser validados, o faz em torno de características etnograficamente descritíveis (suas, de seu jornal, do fato, das chamadas “personagens” das notícias, do país etc.). Nesse caso, o recurso de validação se limita a fazer corresponder a objetividade dessa descrição às representações construídas no texto, nem sempre, porém, identificáveis termo a termo.

Isto significa que o jornalista sempre situa, explicitamente ou não, seu universo de referência a partir de um lugar institucionalizado e sempre se ampara em procedimentos normativos da instituição, obtendo dela, por essa razão, a concessão da palavra e a força da sua voz.

Ao acomodar-se a essas coordenadas que ritualizam o seu processo de textualização, tende a atribuir a seu texto distanciamento, isenção, imparcialidade e objetividade, ainda que um leitor um pouco mais atento possa nele reconhecer a voz da própria empresa, quando não a de anunciantes.

Num âmbito ainda mais restrito, o próprio jornalista nunca está suficientemente próximo – nunca é suficientemente íntimo –, nem suficientemente distante de si mesmo – nunca é suficientemente imparcial – a ponto de poder autorizar-se como um referencial seguro a partir do qual se podem validar os enunciados que produz.

Este tema tem sido tratado à exaustão como parte dos questionamentos acerca da objetividade e da imparcialidade do texto jornalístico. Em trabalho anterior, nomeei *referencialização* à desconsideração por parte de falantes/ouvintes e escreventes/leitores do *deslizamento* entre os vários fatores presentes num evento discursivo (Corrêa, 1994). Procurei, então, chamar a atenção para a centralidade atribuída ao referente no processo de comunicação e nos estudos lingüísticos, em detrimento de outros aspectos do evento discursivo, como: o próprio falante/escrevente, o ouvinte/leitor, a própria língua, o canal e a mensagem.

Penso que teríamos, no que chamo de processo de referencialização, um paralelo interessante com o que os analistas de discurso propõem como *a ilusão da subjetividade*, por meio da qual o sujeito se põe no centro do seu discurso como origem do sentido. No processo de referencialização, a suposta centralidade focal no referente obscurece o *deslizamento* de uma a outra parte dos elementos envolvidos num evento discursivo, obscurecendo também a percepção de que os enunciados não se resumem à relação entre linguagem e mundo. Essa suposição de que se fala sempre referencialmente – sobre “a coisa” que se mostra no mundo – pode levar a repensar inúmeras questões que envolvem desde a perspectiva logicista sobre a linguagem até a preocupação ética do jornalista¹. Tal discussão, porém, exigiria maior espaço.

2. A produção do texto e suas fronteiras

Pelo menos dois tipos de fronteiras podem ser enumerados: as impostas desde o exterior do texto e as que demarcam escolhas no interior do próprio texto.

Dentre as fronteiras que vêm do exterior, duas delas já foram tratadas acima: (a) a que delineia um comportamento do jornalista por meio de procedimentos normativos da instituição; e (b) a que dá o perfil do leitor. Caberia acrescentar que essas duas fronteiras demarcam também o que não é cronologicamente contemporâneo à produção do texto. Do ponto de vista cronológico, aqueles procedimentos normativos da instituição estão fixados como uma condição prévia de existência do texto – fronteira cronológica que representaria um “antes” do texto – e o leitor é construído como elemento de futuridade, como ponto de chegada e meta final do texto – fronteira cronológica que representaria um “depois” da produção. No entanto, ambas são fronteiras fluidas e estão implícitas (portanto, representadas) no processo de textualização, sendo, nesse sentido, contemporâneas dele. Do ponto de vista discursivo, podem ser tratadas como elementos das condições de produção do discurso; do ponto de vista textual, fazem parte do conjunto de vozes que, hierarquizadas, vão resultar no jogo de perspectivas dialógicas do texto.

Além dessas fronteiras, impõem-se fronteiras formais, internas ao texto: (a) quanto ao gênero produzido; e (b) quanto à norma utilizada. Se o jornalista se equivoca na escolha do gênero, pode ser interpelado quanto a sua competência para a atividade jornalística ou quanto à falta de seriedade ao realizá-la. Se é o uso da norma da língua que falha, também pode ser desautorizado: o grau de escolaridade que o legitima é também o que o desautoriza.

Não são poucos os agentes envolvidos nesse processo de textualização. Pode-se dizer que o exercício dialógico de todo ato de linguagem se especializa na atividade do jornalista, de tal modo que a delimitação do seu território discursivo é uma verdadeira tarefa de agrimensor, lidando com o que já conhece intuitivamente do terreno da linguagem e com o que a técnica de produção textual lhe oferece.

Restam, finalmente, as fontes, que podem ser vistas como um outro tipo de fronteira a limitar a produção do texto jornalístico. Documentais ou testemunhais, podem representar: a) a eloquência que impulsiona o jornalista – mas cuja exatidão é preciso conferir e confrontar com fontes alternativas –; e b) um poderoso silêncio, capaz de fazer desabar toda a sua construção textual. Isto é, não consultá-las, fazê-lo sem o devido cuidado ou modificar (intencionalmente ou não) o que foi documentado é ultrapassar uma fronteira perigosa, podendo implicar processo judicial.

As fontes testemunhais integram um elemento básico das matérias jornalísticas, sendo requeridas como “*a personagem*” da matéria. Além de uma fronteira que delimita o território do discurso do jornalista, servem para dar autenticidade ao que é dito. A “*personagem*” desempenha o importante papel argumentativo de assumir a voz que testemunha e, nessa função, produz um efeito de realidade ao que é dito. Este, porém, será nosso próximo assunto.

3. A presença do falado no texto jornalístico escrito como um recurso de veridicção

Pretendo destacar, neste ponto, alguns aspectos da presença do falado no texto jornalístico escrito e sua função de construir a veridicção, dando a ele uma aparência de verdade.

Parto da idéia da heterogeneidade da escrita (cf. Corrêa, 1997), por meio da qual nego a atribuição de um caráter interferente da oralidade na escrita – fato largamente assumido em manuais de gramática e mesmo em certas perspectivas descritivas da língua – para, em lugar dessa interferência circunstancial, propor a escrita como heterogênea, isto é, para assumir que diferentes formas do falado são constitutivas de diferentes formas de escrita. Não é de surpreender, portanto, que o texto jornalístico, em seus diferentes gêneros, apresente diferentes modos de manifestação do falado no escrito.

Refletindo sobre a conversação, Bautier (op. cit.) procura determinar o impacto da informação sobre o “alocutário”, partindo da idéia de que esse impacto não se restringe ao conteúdo do discurso (à informação cognitiva), mas se faz também por meio de elementos “*paradiscursivos*” (não-verbais). Caberia ao para-discurso (rictos faciais, gestos etc.) construir um efeito de verdade para o que é dito.

Como se sabe, os elementos não-verbais que compõem esse tipo de para-discurso estão ausentes na escrita. Já chamamos a atenção, a propósito, para a falta da presença física do interlocutor na escrita. É, pois, impossível para o leitor atribuir ao escrevente, a partir do para-discurso, qualidades que, em presença, são depreensíveis de seu comportamento: digno de crédito ou não, simpático ou não etc. De outra parte, faltando esses elementos paradiscursivos também ao escrevente, terá ele de formular seu texto de modo a construir alternativamente sua credibilidade.

Um desses modos – acredito – é a presença de traços do falado no escrito. No texto jornalístico escrito, a presença de marcas lingüísticas de gêneros falados se faz em diferentes dimensões: fônicas, morfossintáticas,

lexicais e pragmáticas. Incluo, nesta última dimensão, o trabalho dialógico do sujeito a que Authier-Revuz chama “*heterogeneidade mostrada*”. Entre essas marcas de negociação com o(s) Outro(s) do discurso, destaca-se, no texto jornalístico, a presença do discurso citado direto.

Como dissemos, a fonte testemunhal do texto jornalístico é, formalmente, a “*personagem*” da notícia. Sua voz, trazida para o texto, dá-lhe sustentação ao criar o efeito de um testemunho, garantido como verdadeiro. Recontar o «vivido» é, também, um dos mecanismos que permitem falar em reprodutividade da notícia. Nesse procedimento, o jornalista, ao fixar a voz do outro, constrói o território da sua própria voz como o lugar da busca da verdade. Em outros termos, dois corpos de desenham em gestos de aliança ou de confronto. Eis um para-discurso.

Também outras marcas dão ao texto esse novo tipo de para-discurso: recursos epilingüísticos que registram a reformulação do discurso, pondo lado a lado formulações do falado e do escrito; remissões a diferentes registros; tentativas de reprodução da prosódia pela pontuação; sem contar as remissões que se sustentam mal em certas mistificações (formas de representação) comuns sobre a organização da fala: economia de construções sintáticas complexas (frases curtas, p.ex.); uso freqüente de coordenação; divisão de parágrafos pela extensão da frase...

Esses elementos de veridicção, no texto jornalístico, se articulam e redefinem os demais aspectos aqui ressaltados no trabalho do jornalista: a) a representação do fato como construção verdadeira; b) o trabalho com as fronteiras impostas pelos vários agentes envolvidos na produção do seu texto, como uma confrontação de vozes pela qual busca delinear o espaço da verdade; e, finalmente, c) a tentativa de garantir empatia em relação ao que é dito para proteger seu dizer do julgamento vericondicional que projeta para o leitor.

NOTAS

- 1 Mesmo para os analistas do discurso, seria interessante pensar que um dos modos pelos quais a ilusão da subjetividade aparece é aquele em que, mesmo se situando como a fonte do sentido, portanto situando-se num ponto anterior e disjuncto de qualquer objeto de discurso, o sujeito, submetido ao processo de referencialização, acaba por ocupar, explícita ou implicitamente, total ou parcialmente – mas quase sempre inadvertidamente –, a posição desse objeto de discurso. Nesse caso, a ilusão subjetiva, que é vista como um fator de assujeitamento, se manifesta de um modo reativo-injuntivo, pois, compelido a dizer referencialmente sobre a “coisa”, o sujeito fala de si. O alcance desse fato teria de ser refletido com calma, mas, à primeira vista, poderia levar a repensar, no campo da ciência lingüística, o “isso fala” que caracteriza o que

Authier-Revuz (1990) chama *heterogeneidade constitutiva* e talvez também abrir mais uma via de acesso ao insondável do interdiscurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Authier-Revuz, J. (1990) Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas (SP), v. 19, p. 25-42.
- Bagno, M. (2000) *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Loyola, 328p.
- Bakhtin, M. (1992) *Estética da criação verbal*. São Paulo : Martins Fontes, 421p.
- Bautier, R. (1977) Note sur l'oral et la véridiction. In: *Pratiques; théorie, pratique, pédagogie*. Metz., p. 53-5.
- Corrêa, M.L.G. (1994) Questões de linguagem: notas sobre jornalismo, história e lingüística. *Alfa*, São Paulo, 38, p.129-141.
- _____. M.L.G. (1997) *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. Campinas (SP): Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP), 422p. (Tese, Doutorado em Lingüística).
- Folha de S. Paulo. (1992) *Novo manual da redação*. São Paulo: Folha de S. Paulo.
- Mateus, M.H.M. (et. al.) (1983) *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra : Livraria Almedina, 568p..
- Pêcheux, M. (1990) Análise automática do discurso. In: Gadet, F. & Hak, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas : Ed. UNICAMP.
- Possenti, S. (2001) *A cor da língua e outras crônicas de lingüista*. Campinas (SP): ALB/Mercado de Letras. 168p..
- Scherre, M.M.P. (1996) Pesquisa e ensino: modelos de análise em debate - o modelo variacionista. In: *Pesquisa & ensino da língua: contribuições da Sociolingüística*. Anais do Simp. Nac. do GT de Sociolingüística-ANPOLL/1995. Rio de Janeiro : UFRJ, Pós-graduação em Letras Vernáculas/CNPq, p.43-78.